



UFERSA
Técnico em Enfermagem

LÍNGUA PORTUGUESA

Organização do texto: Propósito comunicativo; Tipos de texto (dialogal, descritivo, narrativo, injuntivo, explicativo e argumentativo); Gêneros discursivos	1
Mecanismos coesivos; Fatores de coerência textual	13
Progressão temática.....	15
Paragrafação	16
Citação do discurso alheio	17
Informações implícitas.....	21
Linguagem denotativa e linguagem conotativa. Relações semânticas entre palavras (sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia).....	22
Conhecimento linguístico: Variação linguística	23
Classes de palavras: usos e adequações.....	25
Convenções da norma padrão (no âmbito da concordância, da regência, da ortografia e da acentuação gráfica).....	37
Organização do período simples e do período composto	45
Pontuação	50
Questões	56
Gabarito.....	71

LEGISLAÇÃO

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais	1
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.....	46
Questões	63
Gabarito.....	66

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sistema único de Saúde (SUS); Princípios doutrinários e organizativos: bases legais e normatização; financiamento; aspectos teóricos, programas e políticas	1
Reforma Sanitária e a evolução histórica das políticas de Saúde no Brasil	25
Redes de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito do SUS: atributos, elementos, funções e redes prioritárias.....	29

SUMÁRIO



Participação e Controle Social no SUS. Desafios atuais do SUS	44
Processo de trabalho em enfermagem	52
Código de Ética e Lei do Exercício Profissional da Enfermagem; Entidades de Classe na Enfermagem	68
O processo de trabalho em saúde e em enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem	81
Processo de comunicação, relacionamento interpessoal e terapêutico, meios de comunicação nos serviços de saúde, registro de enfermagem	92
Estatuto do Idoso.....	99
Estatuto da criança e do adolescente (ECA).....	121
Biossegurança nas ações de enfermagem; Prevenção e Controle da Infecção Hospitalar (IH) ou Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS): conceitos, causas, prevenção, controle, indicadores e tratamento; Medidas de Biossegurança e Práticas em Segurança do Paciente nos serviços de saúde	121
Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)	132
Norma Regulamentadora no 32 do Ministério do Trabalho.....	135
Centro de Material e Esterilização: métodos, técnicas, soluções usadas, processos de limpeza, preparo, desinfecção, esterilização, monitoramento do processo de esterilização e armazenamento. Manuseio de materiais estéreis	157
Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.....	176
Cuidados de enfermagem em saúde coletiva	178
Política Nacional de atenção básica: Estratégia Saúde da Família/Núcleo de apoio à Saúde da Família (NASF) /Consultório na Rua/Atenção domiciliar/Visita domiciliar/ Programa Saúde na Escola (PSE).....	180
Conceitos de territorialização, microárea e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial.....	225
Estratégia amamenta e alimenta Brasil/ Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A / Saúde na Escola.....	229
Planejamento, gerenciamento e avaliação das ações de saúde na atenção primária e na estratégia saúde da família: atribuições do técnico em enfermagem	232
Vigilância em Saúde.....	234
Portaria gm/ms nº 1.102, de 13 de maio de 2022; portaria gm/ms nº 3.418, De 31 de agosto de 2022 e portaria gm/ms nº 3.148, de 6 de fevereiro de 2024	235
Epidemiologia, vigilância, prevenção e controle das doenças transmitidas por alimentos, doenças infecciosas e parasitárias, doenças relacionadas ao trabalho, doenças diarreicas agudas e doenças/condições crônicas no Brasil e no mundo	235
Acidentes e violência.....	247
Transição epidemiológica e demográfica no Brasil e no mundo	249
Sistemas de Informação em Saúde e Indicadores de saúde	254

SUMÁRIO



Programa Nacional de Imunização (PNI): calendários atuais de vacinação de rotina e de campanhas, rede e cadeia de frio; Cuidados de enfermagem na conservação, no transporte e no preparo e na administração segura de vacinas. Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI) e boas práticas em vacinação; Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE).....	259
Cuidados de enfermagem a cliente em tratamento clínico e cirúrgico.....	283
Semiotécnica aplicada à Enfermagem.....	288
Cuidados de enfermagem aos pacientes clínicos e cirúrgicos com problemas nos sistemas respiratório, digestório, cardiovascular, endócrino e metabólico, neurológico, hematológico e imunológico, musculoesquelético e articular, geniturinário e tegumentar..	291
Cuidados de enfermagem a clientes em situações de urgência e emergência e em estado grave.....	293
Cuidados de enfermagem em acidentes que caracterizam situações de urgência e emergência. Assistência de enfermagem nas emergências neurológicas e cardiovasculares.....	298
Suporte Básico (SBV) e Avançado de Vida (SAV)	300
Cuidados de enfermagem ao paciente em Unidade de Terapia Intensiva ou semi intensiva	319
Redes de atenção às Urgências e Emergências no âmbito do SUS	329
Cuidados de enfermagem à mulher, à criança, ao adolescente, ao homem e ao idoso	331
Planejamento sexual e reprodutivo. Pré-natal. Trabalho de parto e parto: processo de trabalho de parto e parto normal; Complicações na gravidez, no parto e no puerpério .	341
Climatério e Menopausa.....	369
Rede de Atenção materna e infantil (RAMI).....	371
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).....	374
Assistência de enfermagem à criança (recém-nascido, lactente, pré-escolar e escolar) e ao adolescente na atenção básica, média e alta complexidade	374
Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil; Teste do pezinho, da orelhinha, do olhinho, do coraçãozinho e da língua	376
Saúde bucal; Alimentação da criança e do adolescente	380
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem/PNAISH	392
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Idoso	399
Cuidados de enfermagem em saúde mental.....	399
Políticas de Saúde Mental no Brasil.....	401
Cuidados de enfermagem aos pacientes com transtornos mentais e/ou em abuso e dependência de substâncias psicoativas	408
Questões	409
Gabarito.....	414

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Introdução

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Esta legislação é fundamental para regulamentar as relações de trabalho entre o Estado e seus servidores, estabelecendo direitos, deveres, responsabilidades e os mecanismos para ingresso, desenvolvimento e saída do serviço público.

Definições e Abrangência

- **Servidor Público:** Pessoa legalmente investida em cargo público.

- **Cargo Público:** Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional, criadas por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, podendo ser de provimento efetivo ou em comissão.

Requisitos para Investidura

Para ocupar um cargo público, o candidato deve atender a requisitos básicos como nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com as obrigações militares e eleitorais, nível de escolaridade exigido, idade mínima de 18 anos, e aptidão física e mental. Pessoas com deficiência têm direito a inscrição em concursos públicos para cargos compatíveis com suas limitações.

Formas de Provimento

Os cargos públicos podem ser providos por:

1. Nomeação
2. Promoção
3. Readaptação
4. Reversão
5. Aproveitamento
6. Reintegração
7. Recondução

Concurso Público

O ingresso no serviço público ocorre, em regra, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, que tem validade de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período. Durante o período de validade do concurso, novos concursos não podem ser abertos para os mesmos cargos.

Estágio Probatório e Estabilidade



Conhecimentos Específicos

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

*OBSERVAÇÃO: Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal: Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal: É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.

A parte TCP é responsável pelos serviços e a parte IP é responsável pelo roteamento (estabelece a rota ou caminho para o transporte dos pacotes).